

V – O poder da palavra



Tolentino: esforço inédito para ampliar a comunicação com toda a sociedade

São raros os profissionais que participaram da criação de um fundo de pensão e depois passaram a comandá-lo. Paulo Tolentino de Souza Vieira teve esse privilégio. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), este catarinense radicado na Bahia desde a infância ingressou na Organização Odebrecht em 1974. De início, respondeu pela gerência administrativa e financeira de diversas obras, sendo transferido, poucos anos depois, para a então recém-criada holding do grupo. Lá, por um bom tempo, prestou consultoria em planejamento e orçamentação ao conglomerado em vários segmentos. Suas funções começaram a mudar de maneira radical a partir de 1992, quando foi destacado para analisar, em conjunto com técnicos externos, a criação de um fundo de pensão. Três anos depois,

surgia a Odebrecht Previdência, a Odeprev. “Fui nomeado diretor executivo e tratei de me especializar ainda mais na área. Em 2000, concluí o MBA em Gestão Previdenciária e Securitária pela Universidade Salvador, a Unifacs”, conta Tolentino.

A militância na APEP não tardou. O executivo fez sua estréia no quadro dirigente da Associação no triênio 2001-2004, como diretor. Causou tão boa impressão aos colegas que se tornou presidente já na gestão seguinte, sendo reeleito em 2008. Suas gestões tiveram como marca um esforço inédito de comunicação. Tolentino acredita no poder da palavra, na capacidade de convencer e de conquistar aliados por meio de uma argumentação coerente e clara, um talento que ele aprimorou nos tempos em que lecionava em universidades e faculdades de Salvador. “Não basta você se comunicar com os seus pares e as autoridades do setor. É preciso ampliar o leque de interlocutores e expor suas ideias à sociedade, para obter maior apoio”, resume ele.

Com a nova diretriz, a antes reservada APEP passou a frequentar com assiduidade o noticiário econômico e as páginas de opinião dos principais veículos de comunicação do País. Em entrevistas e textos de próprio punho, Tolentino defendia a racionalização da burocracia a que estão submetidos os fundos de pensão do setor privado e um tratamento diferenciado para estes, em relação às fundações da área estatal. Paralelamente a essa estratégia, a Associação estreitou suas relações com a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), bombardeando-a com ideias e mais ideias.

***“Não basta você se comunicar
com os seus pares e as autoridades
do setor. É preciso ampliar o leque
de interlocutores, para obter maior apoio”***

Os encontros e reuniões com o órgão encarregado da fiscalização e da normatização da previdência fechada se tornaram muito mais frequentes – e mais produtivos também, graças à criação, em agosto de 2005, do Grupo de Assuntos Jurídicos (GAJ). Formado inicialmente por Carmen Maria M. A. Caldeira (Fundação Itaúsa), Eunice Lima (MercerPrev), Karin Kempfes (BASF), Tânia Maria C. Neves (Towers Perrin) e Carlos Gaggini (Femco), o GAJ passou a municiar a direção da APEP com teses, argumentos e propostas para o aperfeiçoamento das regras e a racionalização da burocracia, que eram devidamente apresentados à SPC. A diferença é que a percepção desse esforço não mais ficava restrita a quatro paredes. Em 23 de agosto de 2005, o

jornal Valor Econômico noticiava: “Os fundos de pensão das empresas privadas querem um tratamento diferenciado em relação aos fundos das estatais. Menos burocracia, menos exigências, redução de encargos de gestão e maior flexibilidade estão entre os pontos que fazem parte de um 'Plano de Ação', divulgado ontem à tarde em uma reunião da Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (APEP) [...] que será entregue à Secretaria de Previdência Complementar (SPC)”.

Várias das ideias apresentadas pela APEP à SPC na gestão de Tolentino foram acatadas. Um exemplo significativo é a Resolução Nº 16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), de 2005, que incorporou contribuições da Associação para uma definição mais precisa dos planos de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável. Outro é o pacote de propostas sobre as regras referentes às despesas administrativas, que desaguou na Resolução nº 29 do CGPC, de 2009. Vale destacar, também, a boa acolhida da SPC às sugestões apresentadas para modificações na sua Instrução Normativa nº 20/08 (IN-20), de 2008, voltada ao combate da “lavagem” de dinheiro em fundos de pensão, que acabou substituída naquele mesmo ano pela IN-26/08. Dentre elas, a elevação de R\$ 10 mil para R\$ 50 mil, do valor mínimo a partir do qual os fundos devem dispensar maior atenção a operações, contribuições e pagamentos.

“Esta postura crítica e propositiva reforçou o prestígio da SPC junto à APEP. Prova disso é que fomos convidados, no segundo semestre de 2007, a formular sugestões para o aperfeiçoamento do Plano de Contas Padrão, uma antiga demanda das Associadas e de todo o setor”, assinala Tolentino. “Constituímos o Grupo de Trabalho de Planificação Contábil e encaminhamos, até o início do ano seguinte, um total de 11 propostas. Foi essa a nossa contribuição para um processo que culminou com a edição da Instrução 34 da SPC, em setembro de 2009.”

Após o término de seu segundo mandato, em dezembro de 2010, Tolentino seguiu lado a lado com a APEP. O ex-presidente assumiu a representação dos patrocinadores no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que acabara de ser criado. Durante sua passagem pelo órgão colegiado, recebeu a assessoria de um colega do grupo Odebrecht, Marcelo Macêdo Bispo, que logo se tornaria dirigente da Associação e, também, membro do CNPC. Em 2011, o dirigente se aposentou, mas nem por isso largou a causa. Neste 2014, lançou o livro “+55, Plano de Felicidade” (Solisluna Editora), no qual apresenta ao grande público vários temas de interesse para quem se aproxima do que ele denomina de “pós-carreira”, entre os quais a previdência complementar fechada. “Temos pela frente a oportunidade de mostrar à sociedade que a expansão do sistema de fundos de pensão só será possível com um maior estímulo ao setor privado, onde há um grande potencial de crescimento do setor. Esta é a luta da APEP há 25 anos”, afirma.